

INCLUSÃO DE ALUNOS COM SÍNDROME DE DOWN NO ENSINO REGULAR DO MUNICÍPIO DE IBITINGA/SP: LIMITES E POSSIBILIDADES

INCLUSION OF STUDENTS WITH DOWN SYNDROME IN THE MUNICIPALITY OF EDUCATION REGULAR IBITINGA / SP: LIMITS AND POSSIBILITIES

Eliane Aparecida Toledo Pinto¹
Adriana Teofila de Almeida Negri²

1. Graduada em Ciências Biológicas e Pedagogia. Mestrado em Ciências Biológicas pela UNESP de Botucatu/SP e Doutora em Química pela UNESP de Araraquara/SP. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência na UNESP de Bauru/SP. Membro do Grupo de Pesquisa Educação Ambiental (GPEA) Professora Assistente, do Centro de Ciências Humanas, da Universidade Sagrado Coração – USC, Bauru/SP, dos cursos de Pedagogia e Licenciaturas, Professora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ibitinga/SP (FAIBI). Coordenadora dos projetos PIBID e PIBIC Ensino Médio na Universidade do Sagrado Coração em Bauru/SP. E-mail: elianetol@hotmail.com.

2. Pedagoga e pesquisadora do tema Inclusão. E-mail: adriana.almeidanegri@facebook.com

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

RESUMO

No ano de 2009 foi realizada uma pesquisa sobre a inclusão de alunos com Síndrome de Down no ensino regular do município de Ibitinga/SP com o objetivo de analisar a percepção de alguns profissionais da educação e identificar se a escola está preparada para lidar com esse tipo de necessidade especial. Os sujeitos entrevistados foram duas coordenadoras pedagógicas e duas professoras da rede escolar pública e privada. O material utilizado foi um questionário elaborado pelas pesquisadoras, sendo que a análise de dados foi feita através do conteúdo das respostas caracterizando uma pesquisa qualitativa. Os resultados demonstraram que apesar do convívio enriquecedor que as diferenças propiciam a inclusão ainda está longe de ser um processo normal por parte dos profissionais da educação, pois a maioria não se encontra capacitada para enfrentar a questão da inclusão escolar.

Recebido em: 14/09/2009
Aceito em: 20/11/2009

Palavras-chave: Síndrome de Down, Inclusão, Educação.

ABSTRACT

In 2009 a survey was conducted on the inclusion of students with Down Syndrome in mainstream education in the municipality of Ibitinga / SP in order to analyze the perception of some education professionals and to identify whether the school is prepared to deal with this type of special need. The interviewees were two pedagogical coordinators and two teachers in the public and private schools. The material used was a questionnaire developed by the researchers, and data analysis was performed using the content of responses characterizing qualitative research. The results showed that despite the enriching interaction that differences favor the inclusion is still far from being a normal process on the part of the teachers, because most is not able to address the issue of school inclusion.

Keywords: Down Syndrome. Inclusion. Education.

INTRODUÇÃO

Os trabalhos sobre Síndrome de Down surgiram há muitos anos (séc. XIX) e a cada dia novos estudos surgem com propostas inovadoras sobre o assunto. Através de pesquisas realizadas sobre a evolução dos estudos sobre a síndrome, encontramos um fato interessante, ou seja, a imagem que a sociedade por muitos anos postulou as pessoas com necessidades especiais.

Na cultura grega, especialmente na espartana, os indivíduos com deficiências não eram tolerados. A filosofia grega justificava tais atos cometidos contra deficientes postulando que estas criaturas não eram humanas, mas um tipo de monstro pertencente a outras espécies. (...) Na Idade Média, os portadores de deficiência foram considerados como produtos da união entre uma mulher e o Demônio. (SCHWARTZMAN, 1999, p. 3 - 4).

Por muitos anos a criança Down recebia o rótulo de retardada, a incapaz e em algumas sociedades era até mesmo considerada como monstro ou filho do demônio (SCHWARTZMAN, 1999). Infelizmente, ainda encontramos algumas confusões sobre o conceito de Down, que é apresentado como deficiente intelectual.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

Em uma sociedade que privilegia a aparência e o sentido da visão, lidar com diferenças nem sempre foi fácil. Principalmente, quando essas diferenças são de cunho físico e destoam de todos os padrões de beleza socialmente aceitos. Somando a esses fatores, a falta de informação a respeito de determinadas diferenças, acrescenta-se o preconceito. Dentre muitas diferenças, físicas ou mentais, a Síndrome de Down apresenta-se como uma das mais comuns, sendo uma ocorrência genética natural e universal.

Em 1866, o médico John Langdon Down descreveu as características de uma criança com Síndrome de Down, identificando que algumas crianças, mesmo filhas de pais europeus, tinham características físicas similares ao povo da Mongólia (por isso o termo mongolóide). Atualmente este termo é inadequado e pejorativo. Em 1958 o francês Jerome Lejeune descobriu que as pessoas descritas por John L. Down tinham uma síndrome genética, hoje denominada de Síndrome de Down (KEHDE; GONZÁLES, 1998).

O corpo das pessoas é formado por unidades chamadas células, dentro delas, ou seja, no núcleo são encontrados os cromossomos, cada célula possui 46 cromossomos, ou seja, 23 pares. A pessoa com Síndrome de Down possui 47 cromossomos, sendo o cromossomo extra ligado ao par 21, por isso também é chamada de Trissomia do 21, por apresentarem três cromossomos em vez de dois no 21. É uma anomalia genética que causa alterações no organismo devido ao excesso de material genético (SCHWARTZMAN, 1999).

Pessoas de qualquer raça podem estar sujeitas a terem filhos com Síndrome de Down, a incidência é de, aproximadamente, um para seiscentos nascidos vivos (SCHWARTZMAN, 1999).

Os indivíduos com Síndrome de Down embora apresentem algumas dificuldades podem ter uma vida normal e realizar atividades diárias da mesma forma que qualquer outra pessoa.

A inclusão é um assunto que vem sendo muito discutido nos últimos tempos, por isso foram criadas algumas leis que retratam como deve ser feita a inclusão, desta forma Facion (2005) afirma que a concepção de inclusão pode ser apresentada em quatro fases distintas. A primeira é a fase da exclusão, na qual as pessoas com deficiência eram abandonadas e até sacrificadas, sendo consideradas indignas da educação escolar. A segunda é a fase da segregação, que começou no século XX com o atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais em grandes instituições separadas das regulares, oferecendo programas próprios e especialistas. A terceira fase é da integração, que surgiu a partir do final da década de 1960

e início de 1970. As crianças com deficiência passam a ser aceitas nas escolas regulares, adaptando-se conforme as estruturas do sistema escolar. A quarta e última fase, a da inclusão, surge no início da década de 1980, intensificando a atenção à necessidade de educar os alunos com deficiências no ensino regular, procurando por meio do processo educacional promover o crescimento humano desenvolvendo capacidades, habilidades e diferentes possibilidades para a conquista da sua autonomia.

Assim, inclusão é o ato ou efeito de incluir, de fazer parte, inserir e introduzir. Assim, a inclusão social das pessoas com necessidades especiais significa torná-las participantes da vida social, econômica e política, assegurando o respeito aos seus direitos no âmbito da Sociedade, do Estado e do Poder Público.

A inclusão social tem por base a vigência dos direitos específicos das pessoas com necessidades especiais e assim estando diretamente ligada aos direitos humanos fundamentais, Facion (2002, p. 20) afirma que “por inclusão entende-se a adaptação da sociedade para poder inserir pessoas com necessidades especiais em seus sistemas gerais que as prepara para assumir seus papéis”.

De acordo com Mazzotta (1996), a inclusão da educação de pessoas com necessidades especiais ou da educação especial na política educacional brasileira começa a ser discutida no final dos anos cinquenta e início da década de sessenta, século XX. Mas chega de fato ao Brasil nos anos 1990 com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos, da UNESCO.

O Brasil fez opção pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtien, Tailândia, em 1990, e ao mostrar consonância com os postulados produzidos na Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais em Salamanca na Espanha que aponta:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos os estilos e ritmos de aprendizagem, assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (BRASIL, 1994).

Para Mazzotta (1996), a Declaração de Salamanca traz importante transformação conceitual em relação aos objetivos da educação especial, modificando a forma de atendimento educacional das

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

pessoas com necessidades especiais, porque assegura a inclusão de todas as crianças no ensino regular, independente se suas deficiências são leves ou graves.

Para assegurar a inclusão de alunos com Síndrome de Down é necessário obter informações corretas sobre suas limitações, assim a criança terá oportunidade de desenvolver não somente aprendizagens de comportamentos acadêmicos no sentido mais restrito, mas também de desenvolver-se em muitos outros aspectos, no qual contribuirá para uma transição mais segura do contexto familiar para a escola.

Com o intuito de garantir um atendimento educacional adequado às necessidades especiais dos alunos com vistas à inclusão nas escolas de ensino regular, a política educacional brasileira dispõe de alguns documentos que servem de fundamentação das diretrizes educacionais em busca da inclusão: Constituição Federal (1988), Declaração de Salamanca (1994), Lei de Diretrizes e Base LDB 9394/96 (1996) e Política Nacional de Educação Especial - PNEE (1999).

Diante do exposto, o objetivo do presente trabalho foi analisar junto a alguns profissionais da educação como vem se desenvolvendo o processo de inclusão dos alunos com Síndrome de Down no ensino regular do município de Ibitinga/SP.

METODOLOGIA

A pesquisa deu-se em dois momentos, sendo realizado primeiro na Escola Estadual Victor Maida, localizada a Rua Bom Jesus nº 718, (**escola A**), na qual abrange o Ensino Fundamental do 6º ao 9º ano e o Ensino Médio. É situada na área central, com cerca de mil (1.000) alunos, com uma média de quarenta (40) alunos por sala, sendo eles da periferia e da área central da cidade, na qual se encontra uma aluna com Síndrome de Down, que frequenta o ensino regular desde a Educação Infantil, e está matriculada no 6º ano do ensino fundamental.

No segundo momento a pesquisa realizou-se no Colégio Flávio Pinheiro localizado a Rua Jacinto de Arruda Prado nº. 399, Jardim Centenário (**escola B**), sendo uma escola privada de Ensino Fundamental e Ensino Médio, situada em um bairro nobre da cidade com cerca de quatrocentos e quarenta (440) alunos, com uma média de vinte e cinco (25) alunos por sala, sendo eles de classe média alta. A

escola possui duas alunas com Síndrome de Down, estando inserida uma aluna no 5º ano e a outra no 6º ano do ensino fundamental.

Os sujeitos da pesquisa constituíram-se de duas coordenadoras e duas professoras de ambas as escolas (**A e B**). Segundo Martinelli (1994, p.14) “o importante não é o número de pessoas que vai prestar informações, mas o significado que estas possuem, em função do que está se buscando”.

Procurou-se interpretar os dados das entrevistas considerando os significados construídos pelos profissionais em suas vivências cotidianas, bem como na trajetória da luta pela inclusão na sociedade, observando as diversas formas que a própria humanidade trabalhou com a questão das diferenças e como vem trabalhando, para que realmente seja efetivado o direito à educação para todos. Para tanto, utilizou-se a pesquisa qualitativa, estes métodos são apropriados quando o fenômeno em estudo é complexo, de natureza social e não tende à quantificação. Normalmente, são usados quando o entendimento do contexto social e cultural é um elemento importante para a pesquisa. Para aprender métodos qualitativos é preciso aprender a observar, registrar e analisar interações reais entre pessoas, e entre pessoas e sistemas (LIEBSCHER, 1998). As principais características dos métodos qualitativos são: a imersão do pesquisador no contexto e a perspectiva interpretativa de condução da pesquisa (KAPLAN & DUCHON, 1988). Na pesquisa qualitativa, o pesquisador é um interpretador da realidade (BRADLEY, 1993).

Sabe-se que a inclusão social é um processo complexo que se fundamenta em princípios éticos entre os quais se destaca: o de reconhecer e respeitar o preceito de oportunidades iguais à diversidade humana.

RESULTADOS

A educação inclusiva propõe que todas as pessoas com necessidades especiais sejam matriculadas na escola regular, baseando-se no princípio de educação para todos, mas através da pesquisa realizada, pode-se constatar que essa não é uma realidade na maioria das escolas do município de Ibitinga/SP.

O município de Ibitinga está localizado no interior do Estado de São Paulo, a trezentos e sessenta (360) Km da capital, conta com uma população estimada em cinquenta e três mil (53.000) habitantes, com um total de vinte e nove (29) escolas entre Educação In-

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

fantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, sendo vinte e três (23) públicas e cinco (5) privadas. Conta ainda com duas (2) Faculdades sendo uma pública e uma privada e também uma (1) escola de Educação Especial e dois (2) de Ensino Profissionalizante.

De acordo com o Censo Escolar de 2008, havia onze mil e quarenta e oito (11.048) alunos matriculados no ensino regular e trezentos e oitenta e nove (389) alunos especiais sendo duzentos e vinte e um (221) alunos incluídos e cento e sessenta e oito (168) na Educação Especial. Estes dados não especificam a quantidade de alunos com Síndrome de Down, mas, as pesquisas apontam um total de trinta e oito (38) alunos (MEC/INEP, 2009).

Muitas pessoas ainda resistem à ideia inclusivista, definindo-a como utópica e inviável, apontando todos os obstáculos existentes, desde o despreparo do professor, a falta de estrutura das escolas, o preconceito da sociedade até o sistema capitalista. Em muitos momentos se posicionam como se esperassem algo pronto, como se fosse responsabilidade do outro lutar por uma causa que é de todos (HALLAHAN e KAUFFMAN *apud* MENDES 2006).

Werneck (1997, p. 66) afirma que:

A inclusão só deixará de ser um devaneio otimista quando crianças com deficiência mental tiverem acesso a todas as oportunidades de aprendizagem informal e formal que oferecemos as outras crianças, do lazer ao trabalho passando pela escola. O contrário é uma forma de discriminação muito bem disfarçada de que o afeto resolve tudo. Amor é fundamental para o desenvolvimento psicossocial saudável de qualquer pessoa. Mas não basta. Quem aprende uma profissão apenas porque foi amado? (WERNECK, 1997, p. 66).

Portanto, para que o princípio da igualdade de oportunidades se torne um fato de verdade há a necessidade que sejam oferecidas oportunidades educacionais diversificadas. O processo educacional voltado para as pessoas com Síndrome de Down deve ser repensado nessa mesma perspectiva, ou seja, tendo em vista a preparação para a vida.

Constatou-se com o estudo que os profissionais relatam que a inclusão é dar oportunidades a todos sem distinção:

-Inclusão é a integração de todos os alunos, sejam eles “especiais” ou “normais”. (S. R., Coordenadora Pedagógica, Escola A).

-Inclusão é uma escola aberta para todos, temos que dar oportunidades iguais, estar preparando os indivíduos para viver na sociedade. (E. R., Profa. Escola A).

-Inclusão significa conviver naturalmente, ou seja, sem preconceito com pessoas denominadas especiais por portarem algum tipo de síndrome nos ambientes escolares/sociais. (M. Professora Coordenadora Pedagógica, Escola B).

Pode-se observar que os profissionais da educação estão cientes da importância de estar respeitando a igualdade de todos, mas quando questionados a respeito de estar incluindo alunos com Síndrome de Down em escolas de ensino regular, alguns demonstraram que são a favor, mas abordaram alguns obstáculos como a falta de material pedagógico, despreparo dos docentes entre outros fatores; já outros entrevistados abordaram vários obstáculos quanto ao processo de inclusão:

-Acredito que a inclusão é necessária e essencial, mas ainda falta muito para que ela ocorra de fato. (S. R. Coordenadora Pedagógica, Escola A).

-É bom para o deficiente, mas difícil para o professor, já que não somos professores especialistas. (E. R., Professora, Escola A).

-Penso que na teoria a inclusão é muito bem vinda e acolhedora, porém, na realidade devido ao despreparo por parte do corpo escolar, essa situação ainda esteja em processo de aperfeiçoamento, quebra de preconceitos e novas práticas. (M. Coordenadora Pedagógica, Escola B).

-Mesmo sabendo que a realidade da inclusão está bem longe da teoria proposta em lei, acho que a inclusão de uma forma geral, não só do aluno com Síndrome de Down, na escola de ensino regular é válida, desde que a equipe escolar esteja preparada, ou se preparando, para receber esse aluno. Além de contar com profissionais especializados, necessita o que o corpo docente esteja em busca de aperfeiçoamento e novas práticas. (C. S. P. Professora, Escola B).

A inclusão escolar constitui-se, portanto, em uma proposta política de transformação social na qual as pessoas vão poder interagir com sua diversidade. A escola passa a ser o melhor cenário para se iniciar esta transformação (SASSAKI, 1997). Portanto, observa-se que a questão da inclusão é conhecida por todos, uns com maior, outros com menor profundidade, porém a aceitação da inclusão no ensino regular só é aceita pelos profissionais desde que haja professores preparados para tal.

Em relação à prática escolar tem evidenciado que os sistemas educacionais experimentam dificuldades para integrar o aluno com Síndrome de Down. Revelaram-se efeitos dificultadores e diversos fatores de natureza familiar, institucional e sócio-culturais.

Outras análises levam a constatação de que a própria escola regular tem dificultado, para os alunos com Down, as situações educacionais comuns propostas para os demais alunos, direcionando a prática pedagógica para alternativas exclusivamente especializadas.

Evidenciou-se através da pesquisa que quando os profissionais da educação são abordados com relação às dificuldades e facilidades encontradas no processo de inclusão, alguns apontam como maior

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

dificuldade o despreparo e a falta de capacitação dos professores, outros apontam que a dificuldade está em dar uma atenção individualizada ao aluno com Síndrome de Down, dificuldades apontados também por Hallahan e Kauffman *apud* Mendes (2006).

Com relação às facilidades, todos os profissionais apontam a questão do bom relacionamento do aluno portador de Síndrome de Down com os colegas e os profissionais:

-A maior dificuldade é mudar o perfil educacional dos professores, pois estes são resistentes a mudanças, as novas concepções sobre o ato de ensinar e aprender. A maior facilidade é a aceitação das outras crianças. (S. R., Coordenadora Pedagógica, Escola A).

-A dificuldade está em relacionar uma classe com alunos sem problemas e ao mesmo tempo trabalhar individualmente com alunos que possuem problemas. Facilidade a meu ver é a socialização. (E. R., Professora, Escola A).

-Começando pelas facilidades tenho a dizer que os alunos, de modo geral na educação privada, têm melhor estrutura familiar e, conseqüentemente, já trazem alguns valores sociais positivos embutidos em sua personalidade, portanto quanto à aceitação e integração à classe sinto que não haja problemas. Entretanto os próprios portadores da Síndrome de Down são resistentes a realizar algumas atividades coletivas e quando percebem que estão fazendo atividades diferentes com relação aos demais alunos acabam, por vezes, rejeitando o que foi proposto. (M. Coordenadora Pedagógica Escola B).

Destaca-se, um ponto interessante na pesquisa é que os colegas e o aluno Down estão aptos à inclusão, a escola e os profissionais que são os principais membros ainda não se encontram realmente preparados para atuar diante desta diversidade.

Quando questionados sobre a convivência do aluno Down, constatou-se que o convívio das diferenças é extremamente estimulador; o aluno que convive com diversidade nas instituições educativas, poderá aprender muito com ela:

-Nossa aluna é muito querida entre os colegas e professores, todos querem ajudá-la, de uma maneira ou de outra e, até hoje (é o 1º ano dela aqui), não sentimos nenhum tipo de preconceito. (S. R. Coordenadora Pedagógica, Escola A).

-No caso da aluna L., a convivência é muito boa, sentimos muito carinho e admiração por ela. (E. R., Professora, Escola A).

-O relacionamento entre os alunos com Síndrome de Down, seus colegas e professores é muito bom e não houve preconceito. (C. S. P. Professora Escola B).

-A convivência em sala de aula ainda está sendo um processo de continua aperfeiçoamento para tentar atender as necessidades desses alunos. Contudo os portadores de Síndrome de Down presentes na classe apenas se manifestam se estimulados a participar, não sendo assim, uma participação espontânea. (M. Coordenadora Pedagógica Escola B).

Logo, o trabalho com a diversidade e o convívio com a diferença possibilitam a ampliação de horizontes tanto para os alunos quanto para o professor, pois assim permitem a conscientização de que a realidade de cada um é apenas parte de um universo maior que oferece múltiplas escolas.

Há que se considerar que a educação inclusiva se concilia com uma educação para todos e com um ensino especializado para o aluno, mas não se consegue implantar a inclusão sem enfrentar um desafio, que são os recursos físicos e os meios materiais para a efetivação de um processo escolar de qualidade. A escola não precisa preparar-se para garantir a inclusão de alunos com Síndrome de Down, mas tornar-se preparada como resultado do ingresso desses alunos.

-Na verdade o portador de Síndrome de Down tem apenas necessidades de aprendizagem diferentes. O que poderia ocorrer, seria a diminuição de número de alunos por turma, mas isso independe de nós, as turmas são montadas pela Secretaria de Educação do Estado. (S. R., Coordenadora Pedagógica, Escola A).

-A escola precisa se adequar para receber todos os tipos de alunos, sejam com deficiência física, auditiva, visual ou mental. Mas segundo a Secretaria da Educação, podemos estar recebendo estes alunos, pois nos darão amparo. (E. R. Professora, Escola A.).

-Sim, a escola conta com professores especializados que realizam atividades com os alunos com Síndrome de Down, elaboram atividades para que eles possam realizar em sala junto com os demais alunos, também conta com diversos materiais pedagógicos e está sempre em contato com as famílias e com um psicólogo. (C. S. P. Professores Escola B).

Entende-se que o processo de inclusão é gradual, interativo e culturalmente determinado, requerendo a participação do próprio aluno na construção do ambiente escolar que lhe seja favorável (SASSAKI, 1997). Salienta-se a importância de treinamento e atualização dos professores, tanto de classes comuns como os de classes especiais, devendo ter garantido o acesso à literatura para que possam esclarecer suas dúvidas, assim como, há que ocorrer modificações em ambientes escolares e materiais de ensino aprendizagem, além de mudanças nos critérios de avaliação e promoção nas séries garantindo a qualidade.

A inclusão é o processo pelo qual a própria escola se adapta, transforma-se para poder inserir em suas classes regulares crianças e jovens com Síndrome de Down, que estão em busca de seu pleno desenvolvimento e exercício de cidadania (MANTOAN, 2001).

Ao pensar a implantação imediata do modelo de educação inclusiva nos sistemas educacionais de todo país, há que se contemplar alguns de seus pressupostos. Que professor o modelo inclusivista

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

prevê? O professor especializado em todos os alunos, inclusive nos que apresentam necessidade especial?

Segundo Albiero eis ai um grande desafio:

Formar profissionais capacitados para atuar no mundo do trabalho, hoje, sem dúvida nenhuma, é um grande desafio. Este desafio, com certeza, está vinculado as grandes transformações societárias, na busca de profissionais comprometidos e competentes, capazes de colocar seus conhecimentos a serviço de uma sociedade mais justa e igualitária. (ALBIERO, 2001, p. 41).

A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente (BRASIL, 1999).

O artigo 59 inciso III da lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aponta que:

os professores devem ter especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especialização, bem como professores de ensino regular capacitados para integração desses educandos nas classes comuns. (LDB, 1996, p. 289).

Na educação inclusiva, os professores têm que ser capazes de considerar novas possibilidades de ação, explorando diferentes formas de desenvolver sua prática em sala de aula, o que implica na reconstrução permanente das situações didáticas e dos conteúdos (EBERHARDT, 2003).

Segundo Mantoan (2001) a escola precisa ser mudada, assim como o ensino nela ministrado.

Mudar a escola é enfrentar muitas frentes de trabalho, a meu ver são: Recriar o modelo educativo-escolar, tendo como eixo o ensino para todos; Reorganizar pedagogicamente as escolas, abrindo espaços para que a cooperação, o diálogo, a solidariedade, a criatividade e o espírito crítico sejam exercitados nas escolas, por professores, administradores, funcionários e alunos; Garantir aos alunos tempo e liberdade para aprender, bem como um ensino que não segrega e que reprova a repetência; formar, aprimorar continuamente e valorizar o professor, para que tenha condições e estímulo para ensinar a turma toda, sem exclusões e exceções. (MANTOAN, 2001, p.60).

Há necessidade de reinventar os saberes pedagógicos com base na prática social da educação, de forma que os professores possam encontrar instrumentos para alimentar suas práticas, confrontando-os e abrindo novos caminhos pedagógicos na ação (SASSAKI, 1998).

O professor do ensino básico tem um papel fundamental na sociedade inclusiva. Quando questionados sobre como está sendo trabalhada à inclusão na escola, os profissionais apontam que:

-Tudo o que fizemos até o momento (conversa com a família, com psicóloga, com psicopedagoga) partiu de nós e da família que é muito estruturada e preocupada. O Estado possui salas de recursos, mas elas não existem em todas as escolas e a possibilidade de itinerância é difícil. Desse modo, coube à comunidade escolar adaptar-se sem qualquer capacitação vinda de órgãos superiores. O que nos ajuda é possuir uma equipe engajada e uma família presente e consciente (S. R., Coordenadora Pedagógica, Escola A).
-A escola está fazendo alguma coisa de maneira lenta, somente com discussões durante as reuniões de HTPC (E. R., Professora, Escola A)
-Infelizmente, a grande maioria dos cursos de licenciatura não forma profissionais para trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais. Para obter essa formação é necessário fazer cursos de capacitação, especialização. Desse modo, os professores e os demais profissionais da área de educação não se encontram preparados para receber e ensinar esses alunos, principalmente na rede pública (C. S. P., Professora, Escola B).

Segundo Carvalho (1993) é preciso entender que o espaço escolar deve ser visto como um lugar de todos e para todos, o professor deve buscar informações sobre a proposta inclusiva e somar as suas capacidades e experiências. Essa busca não deve se tornar solitária, a escola deve se envolver como um todo, ressaltando que o professor e a equipe pedagógica da escola devem ajudar a buscar meios de compreender a forma com que cada aluno aprende.

Essa conscientização leva à necessidade de cursos de formação inicial e continuada de professores, de investimentos na habilitação desses profissionais para que se tornem capazes de atender esta demanda (CARVALHO, 1993).

Nas escolas há necessidade de que a equipe de gestão esteja envolvida e preocupada com a proposta da inclusão. Neste sentido, destaca-se a figura do pedagogo em sua atuação como organizador do trabalho docente, como membro da equipe pedagógica, pois ele tem também a função de procurar auxílio dos serviços especializados.

No entanto, essa não é uma realidade na maioria das escolas, pois hoje, com todo o respaldo legal, a direção da escola **A** alega que não pode atuar pedagogicamente frente a determinadas diferenças do alunado por não ter um corpo docente preparado. Por decorrência desse fato, é urgente a efetiva inclusão de disciplinas e conteúdos nas licenciaturas, assim como a realização de atividades diversas voltadas para a formação continuada dos profissionais de educação.

De acordo com a coordenadora, a escola **B** desenvolve sua proposta de ensino através de planejamento com sua equipe pedagógica, onde o currículo é analisado pela equipe, permitindo tomar as decisões mais adequadas na elaboração do projeto educativo. Segundo a professora as atividades são elaboradas de acordo com as

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

necessidades educativas, de cada aluno, tendo como base sua idade mental, cronológica e seus conhecimentos.

A Educação Inclusiva pressupõe que todas as crianças tenham a mesma oportunidade de acesso, de permanência e de aproveitamento na escola, independentemente de qualquer característica peculiar que apresentem ou não. Para que isso ocorra, é fundamental que as crianças com deficiência tenham o apoio de que precisam, tais como o professor, a família e toda a comunidade escolar estejam convencidos de que cada aluno é diferente no que se refere ao estilo e ao ritmo da aprendizagem.

Se por um lado, a criança Down tem muito a ganhar em termos sócio-afetivos permanecendo no ensino regular, na maioria das vezes, as escolas tem poucas alternativas para oferecer a estes alunos na apreensão dos conteúdos em sala de aula. O problema não é deixar a criança Down nessa ou naquela escola, o problema é como evitar a exclusão e, ao mesmo tempo, incentivar a criança em seu desenvolvimento intelectual e emocional.

A pesquisa revelou haver lacunas entre os ideais propostos e as práticas existente nas escolas, é preciso que além dos ideais e das garantias legais, se conheça as condições reais de nossa educação escolar.

Assim, concordamos com Morin (2000, p.99) que diz “não se pode reformar a instituição sem a prévia reforma das mentes, e não se pode reformar as mentes sem uma prévia reforma das instituições”. O desafio a ser enfrentando pela sociedade é como unir esses universos, garantindo que alunos sejam efetivamente incluídos e atendidos em suas especificidades, incluir, neste contexto, é bem mais do que colocar na sala de aula.

Todos concordam com a inclusão, mas discordam sobre como fazê-la. De um lado, liderados pelas escolas especiais e pelas redes como a APAE, estão os defensores de uma inclusão gradual, dentro de um processo, feita com acompanhamento especial, de outro, organizações não governamentais ligadas ao tema defendem a inclusão obrigatória e a diminuição da rede especial. Para elas, só com a entrada em massa dessas crianças e adolescentes na rede regular é que o sistema vai se adaptar e passar a acolhê-los.

Seja como for, além da falta de infra-estrutura, de metodologia, de materiais didáticos e de professores de apoio, o desafio maior é o preconceito, como foi constatado em uma pesquisa realizada pela USP sob encomenda do Ministério da Educação, com dezoito mil quinhentos e noventa e nove (18.599) estudantes, pais e mães, pro-

fessores e funcionários da rede pública do país mostrou que 96,5% deles têm preconceito e querem manter distância de pessoas com deficiência. Em outro levantamento realizado pelo Ibope encomendado pela Fundação Victor Civita apontou que 96% dos professores se dizem despreparados para a inclusão e 87% deles nunca receberam treinamento adequado (IWASSO, 2009).

Assim, diante do exposto se evidencia as inúmeras dificuldades encontradas pelos profissionais da educação quanto à temática de alunos com necessidades especiais em nosso contexto educacional. Há necessidade de subsídios pelo governo em relação à infraestrutura e capacitação dos profissionais que irão trabalhar com esses alunos especiais para um resultado significativo e promissor na educação, só assim ocorrerá realmente à inserção desses alunos em nossa sociedade de forma participativa e ativa.

Portanto, mesmo que os direitos e deveres estejam contidos na legislação, ainda percebemos atitudes de exclusão às pessoas com necessidades educacionais especiais. É preciso que haja uma melhoria na qualidade do ensino, para que estas crianças sejam bem atendidas, além da ampliação dos serviços e recursos de educação especial, para que suas competências sejam desenvolvidas, levando em consideração suas necessidades específicas impostas pela deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A educação inclusiva, é um estudo complexo e apesar de inicialmente causar “impacto” aos profissionais da educação e alguns membros da sociedade, possui condições de progresso e crescimento.

O movimento de inclusão escolar oferece uma nova maneira de pensar as diferenças pessoais, além de ser uma grande conquista para os indivíduos com Síndrome de Down tenham assegurados os seus direitos. Percebe-se que isso é fruto de um longo trabalho, de pessoas que se empenham nesta causa, buscando uma sociedade mais justa e digna não apenas para o portador de Síndrome de Down, mas para humanidade em geral.

É importante salientar que através dos dados obtidos durante o estudo, constatou-se necessário maior esclarecimento aos profissionais da educação, a respeito das reais potencialidades dos indivíduos com Síndrome de Down, e que as escolas adaptem-se para tal atendimento. O educador precisa aprender a lidar com a diversidade

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

e entender a riqueza que é o confronto de diferentes realidades no mesmo espaço.

Tão relevante quanto assegurar uma escola inclusiva, é promover a construção de uma sociedade inclusiva, que viabilize a oferta de serviços e atendimentos adequados, às necessidades de todos os cidadãos.

Porém, precisamos tomar cuidado com relação ao reducionismo de que basta incluir os alunos com necessidades educacionais especiais para que as desigualdades educacionais também sejam eliminadas, não é a garantia de acesso à escola para todos, que também garantirá a escolaridade para todos.

Pelo contrário, são as necessidades educacionais individuais confrontadas com os serviços educacionais existentes na comunidade, que devem subsidiar a definição da via ou de recursos a serem utilizados para a educação de qualquer pessoa, e não o rótulo, o estigma de deficiente.

REFERÊNCIAS

ALBIERO, C. M. G. Ensinar e aprender: desafios constantes na formação profissional. **Construindo o Serviço Social**. Bauru: ITE, n. 09, p.41. 2001.

BRADLEY, J. Methodological issues and practices in qualitative research. **Library Quarterly**, v. 63, n. 4, p. 431-449, Oct. 1993.

BRASIL. **Conselho Nacional de Educação**. Parecer CNE/CP, n. 05/2005. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, 2005.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988: atualizada até a Emenda Constitucional n.º 20, de 15/12/1998. 21 ed. São Paulo: Saraiva, 1999.

BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: Corde, 1994.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional - LDB** (Lei n.º. 9394/96) 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp>. Acesso em 02 jun. 2009.

BRASIL, **Lei nº. 12.059, de 26 de setembro de 2005**, publicada na Assessoria Técnico Legislativa, aos 26 de setembro de 2005 e o DOESP em 27.9.2005, Seção I, p. 1. Disponível em: <<http://www.legislação.sp.gov.br/dg280202.nsf/ae9e0701>>. Acesso em 10 out. 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**, Secretaria de Educação Especial. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivo/pdf>>. Acesso em 10 out. 2009.

BRASIL. **Ministério da Educação e Cultura**. Parâmetros Curriculares Nacionais Brasília: Secretaria da Educação Fundamental, 1999.

CARVALHO, R. E. Família, Escola e Comunidade: alicerces da Educação Especial. **Revista Mensagem da APAE**. Brasília, n. 60, p. 29-36, 1993

EBERHARDT, R. M. Abceducatio. **A revista da educação**. São Paulo, a.4, n.26, p. 40-41, 2003.

FACION, J. R. **Inclusão Escolar e as suas Implicações**. Curitiba: IBPEX, 2005. 220 p. Disponível em: < http://books.google.com.br/books/about/Inclus%C3%A3o_escolar_e_suas_implica%C3%A7%C3%B5es.html?hl=ptBR&id=X0Qhu2miOHYC>.

FACION, J. R. **Transtornos Invasivos do Desenvolvimento Associados a Graves Problemas do Comportamento**. Reflexões sobre um Modelo Integrativo. Brasília: Corde, 2002, p. 260.

INEP. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira**. Ministério da Educação (MEC). Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/descricao-do-censo-escolar>.

IWASSO, S. Inclusão escolar ainda é desafio. **Jornal da Cidade**, Bauru, p. 8, 27 set. 2009.

KAPLAN, B.; DUCHON, D. Combining qualitative and quantitative methods in information systems research: a case study. **MIS Quarterly**, v. 12, n. 4, p. 571-586, 1988.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

PINTO, Eliane Aparecida Toledo et al. *Inclusão de alunos com síndrome de down no ensino regular do município de Ibitinga/SP: limites e possibilidades*. Mimesis, Bauru, v. 30, n. 2, p. 141-157, 2009.

KEHDE, A.; GONZÁLES, A. M. Sobre Vida. **Biologia e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 230-235. 1998.

LIEBSCHER, P. Quantity with quality? Teaching quantitative and qualitative methods in a LIS Master's program. **Library Trends**, Baltimore, v. 46, n. 4, p. 668-680, 1998.

MANTOAN, M. T. E. **Caminhos Pedagógicos da Inclusão**. São Paulo: Memnon, edições científicas, p. 27, 2001.

MANTOAN, M. T. E. O novo papel da Educação Especial. **Revista nova escola**, São Paulo, n. 24, p.12, 2009.

MARTINELLI, M. L. **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras, 1999, 143 p.

MAZZOTTA, M.J.S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

MENDES, E. A Radicalização do Debate sobre Inclusão Escolar no Brasil. **Revista Brasileira de Educação/ANPED**, Rio de Janeiro, v.11, n.33, p.387-405, Dez. 2006.

MORIN, E. **A cabeça bem feita: repensar a reforma, reformar o pensamento**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, 128p.

PERINI, C. M. B. **Inclusão social e educacional**. Todos somos diferentes e porque não aceitar a diversidade humana? Disponível em: <<http://www.saci.org.br>>.

SASSAKI, R. K. Integração e inclusão: do que estamos falando? Temas sobre desenvolvimento. **Memnon**, São Paulo, v. 7, n. 40, p. 24-25. 1998.

SASSAKI, R. K. **Inclusão** – construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 1997, p. 110-125.

SCHWARTZMAN, J. S.; et al. **Síndrome de Down**. São Paulo: Mackenzie, 324 p., 1999.

WERNECK, C. **Ninguém mais vai ser bonzinho na sociedade inclusiva**. Rio de Janeiro: WVA, 1997. 314 p.

